

# A mobilização do conceito de Lusofonia: O caso dos canais internacionais da RTP\*

Helena Sousa

## Resumo

Este artigo analisa o papel que é atribuído aos canais internacionais da televisão portuguesa (RTP Internacional e RTP África) na reconfiguração da área cultural multicontinental altamente dispersa que é o Espaço Lusófono. De acordo com alguns autores (*inter alia*, Lourenço, 1993; Baptista, 2000), esta construção pós-colonial preenche um espaço imaginário de nostalgia imperial, contribui para que os portugueses se sintam menos sós e mais visíveis no mundo. Martins defende que a Lusofonia é essencialmente território dos arquétipos culturais, uma espécie de base mítica que alimenta os sonhos coletivos (2004). Se o mito pode ser entendido como um fenómeno discursivo e se a língua define a realidade, pode argumentar-se que a Lusofonia é fundamentalmente uma classificação prática, concebida para produzir efeitos sociais. Neste texto, procura-se demonstrar que os políticos, das mais diferenciadas cores partidárias, estão convictos de que – através da representação diária da Lusofonia – a RTP Internacional e a RTP África desempenham um papel relevante no reconhecimento desta área cultural e que contribuem para a solidificação e para o desenvolvimento da Comunidade Lusófona.

**Palavras-chave:** Lusofonia, Canais Internacionais de Televisão, RTP África, RTP Internacional, Portugal.

\* Este artigo é uma versão traduzida e adaptada da comunicação “The mobilization of the ‘Lusophony’ concept, The case of RTP International Channels”, apresentado na Secção de Economia Política da *International Association for Media and Communication Research*, Taipé, 26-28 de Julho de 2005.

## Lusofonia: a construção de um conceito problemático

O conceito de Lusofonia ganhou relevância política a partir de meados dos anos 80. Tal como a Francofonia ou a Anglofonia, o conceito pode ser entendido como uma construção pós-colonial que incorpora regiões geograficamente dispersas (Brasil<sup>1</sup>, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe<sup>2</sup>, Timor-Leste<sup>3</sup>) mas partilhando a mesma língua oficial. A noção de Lusofonia transporta-nos para o domínio da língua portuguesa: um lusófono é alguém que fala português. Mas, segundo Léonard, para além do seu significado puramente linguístico, Lusofonia tem, pelo menos, três interpretações inter-relacionadas. A Lusofonia é um espaço geolinguístico, ou seja, várias regiões altamente dispersas, países e sociedades cuja língua oficial e/ou mãe é o português. A Lusofonia é também um sentimento, a memória de um passado comum, uma parcela de história e de cultura comuns. Finalmente, é um conjunto de instituições políticas e culturais que tentam desenvolver a língua e cultura portuguesas dentro e fora das comunidades de falantes portugueses (1999: 438).

Tratando-se de um conceito ambíguo, Reis (1997: 23) alerta para o facto de a Lusofonia pode ser entendida como uma noção luso-cêntrica. E, de modo a clarificar este complexo termo, este autor caracteriza a Lusofonia de acordo com três princípios fundamentais: interdisciplinaridade, diversidade e relatividade. Quando fala em interdisciplinaridade, Reis remete para o facto de que, apesar da Lusofonia ser uma comunidade linguística, a sua identidade e a sua força vão para além da questão linguística. A Lusofonia envolve Estados e sociedades civis similares e é expressa simultaneamente por instituições, escritores, empreendedores, professores, economistas, sociólogos, jornalistas, etc.

<sup>1</sup> A extraordinária dimensão do Brasil torna-o no mais poderoso país-membro do espaço lusófono. O Brasil obteve a sua independência de Portugal em 1822, e – apesar de manter relações estreitas com a América Latina e com os EUA – tem sido um importante defensor da língua portuguesa e da comunidade lusófona.

<sup>2</sup> A África lusófona compreende cinco países, cuja língua oficial é o português. Angola e Moçambique são os mais importantes pela sua dimensão, localização estratégica e potencial em termos de recursos naturais. Pela sua elevada riqueza, Angola já foi considerada a jóia do império português, mas Moçambique também tem recursos naturais significativos. Ambos os países se envolveram em longas guerras civis depois do processo de descolonização em 1975. A Guiné-Bissau é um país relativamente pequeno que se situa na costa oeste africana. Trata-se de um dos países mais pobres do mundo e tem sido governado por regimes políticos altamente instáveis. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe são pequenas ilhas localizadas no Oceano Atlântico. Apesar das suas dificuldades económicas, ambas têm relativa estabilidade política e um grande potencial turístico. Mesmo com fortíssimas diferenças entre estes países africanos, eles têm em comum o passado colonial, o sistema unipartidário que vigorou desde a sua independência, em 1975, até ao início dos anos 90, e, claro está, o português como língua oficial. No entanto, contrariamente ao que sucede no Brasil, nestes países africanos outras línguas são amplamente faladas. Em Angola, os dialectos mais comuns são o Ovimbundo, Kimbundu, Bakongo e o Chokwe, enquanto, em Moçambique, os mais comuns são o Ronga, Shangaan e o Muchope. Em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, a maior parte das pessoas fala Português e Crioulo. De todos estes países, a Guiné-Bissau é o único com uma baixa percentagem de falantes portugueses (cerca de 20%). O Crioulo é também uma lingual official e é amplamente falado (Sousa, 1992: vii-viii).

<sup>3</sup> Timor-Leste tornou-se um membro da CPLP depois da sua independência formal em Maio de 2002. Tendo sido uma antiga colónia portuguesa, Timor-Leste foi invadido pela Indonésia em 1974.

A Lusofonia tem diferentes discursos interdisciplinares. O princípio da diversidade de Reis pode ser entendido nos seguintes termos: o espaço ou comunidade lusófona é diversificada e não deve ter um centro luso. A análise centrada em Portugal não se coaduna com a identificação e resolução de problemas no Espaço Lusófono. Uma comunidade lusófona tem de reconhecer realidades culturais não-portuguesas e tendências tais como as fortes comunidades japonesas, italianas e alemãs no Brasil e a integração brasileira no mercado latino-americano (Mercosur). Os países africanos de língua portuguesa também têm ligações culturais e institucionais muito fortes com os países francófonos e anglófonos. Por último, o princípio da relatividade significa que, dadas as enormes assimetrias geográficas, económicas e culturais entre os países e comunidades pertencentes ao espaço lusófono, é necessário rever uma série de pressupostos. De facto, quando se usa a palavra “comunidade”, esta não se refere necessariamente aos membros de um grupo homogéneo. O Brasil, por exemplo, conta com 150 milhões de habitantes, enquanto S. Tomé e Príncipe tem uma população de 132 mil pessoas. Portugal tem um Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* de 10 900 dólares americanos, enquanto o PNB *per capita*, na Guiné-Bissau, é de 160 dólares por ano<sup>4</sup>.

Tal como é apresentado por Léonard e por Reis, o conceito de Lusofonia vai muito mais além da definição de uma comunidade baseada na partilha de uma língua comum. O conceito incorpora a noção de uma sociedade cultural e política. Inevitavelmente, a Lusofonia traz consigo memórias coloniais, uma vez que, pelo menos em termos geográficos, corresponde a uma recriação (desde as Américas até à África e Ásia) do mapa das antigas colónias portuguesas. Independentemente da eventual conotação negativa que uma reconstrução pós-colonial possa acarretar, o conceito de espaço lusófono ou de área cultural lusófona está profundamente enraizada na sociedade portuguesa e é usado correntemente por académicos e elites culturais, económicas e políticas.

Distanciando-se do discurso dominante, Baptista (2000) defende que a Lusofonia é um bom conceito para abandonar porque é uma noção que tem “Os Lusíadas” e os “Lusos”<sup>5</sup> como figuras centrais. De acordo com Baptista, apesar da retórica oficial, o conceito de Lusofonia não pode ser entendido de forma “inocente”. E cita, a este propósito, um dos mais importantes filósofos portugueses contemporâneos, Eduardo Lourenço: “Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*” (1999: 162-163, itálico no original; in Baptista, 2000: 1).

<sup>4</sup> Dados retirados de <http://alea.ine.pt/html/lusofonos/html/lusofonos.html> (acesso em 15 de Julho de 2005).

<sup>5</sup> Naquela que é considerada uma das mais importantes obras literárias em língua portuguesa, *Os Lusíadas* (1572), Luís de Camões apresenta os portugueses como descendentes do povo Luso que terá fundado a Lusitânia (província romana que corresponde, em traços largos, ao Portugal moderno).

Para Lourenço (1999), há dois aspectos fundamentais que não podem ser ignorados aquando do debate sobre o conceito de Lusofonia: a língua e a cultura. Em relação à língua, é fundamental reconhecer a grande diversidade da língua portuguesa nos diversos países cuja língua oficial é o português. Em países como o Brasil, por exemplo, o português é a língua materna. Noutros países, como Timor-Leste, Angola e Moçambique, há consideráveis segmentos da população para quem o português é uma língua estrangeira desconhecida. Numa perspectiva simbólica (aqui entendida como cultural), Lourenço considera que, para o povo português, preenche um espaço imaginário da nostalgia imperial que contribui para que “nos sintamos menos sós e sejamos visíveis nas sete partidas do mundo” (1999: 181).

Segundo Martins (2004), a percepção de Lusofonia de Lourenço como um refúgio imaginário ou como um espaço de nostalgia imperial não explica todo o sonho da Lusofonia. Martins entende que, no mundo global actual, as verdadeiras infra-estruturas da sociedade são *cosa mentale*, coisa sonhada, e não propriamente estruturas económicas, mercados e tecnologias. Assim, afirma, a Lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. “E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo a que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua (Martins, 2004: 2). Neste sentido, a Lusofonia é o território dos arquétipos culturais, uma base mítica que acalenta sonhos colectivos. Vendo a Lusofonia como um espaço cultural, Martins concentra a sua análise nas dimensões míticas, simbólicas e imaginárias. Assim pensado, o espaço lusófono tem, portanto, alicerces mitológicos e uma base subconsciente.

De acordo com Martins, neste entendimento de cultura, pode dizer-se, com propriedade, que o mito dá forma à história, ou seja, que o mito enche a história de existência concreta, de memória viva e de sentido humano: “A cultura entendida como mito, como imaginação simbólica, é deste modo vida imaginária partilhada e caminho construído em comum (...) É na partilha da sua vida imaginária e no caminho que querem construir em comum que os homens encontram as razões válidas para fazer as opções que entendem fazer” (Martins, 2004: 4).

Se tomarmos a Lusofonia como um conceito baseado na memória e conduzido por visões do futuro, ele torna-se menos pertinente como um conceito lusocêntrico. Considerando a profundidade das diferenças geográficas, económicas, políticas e sociais entre os países que partilham a mesma língua oficial, pode argumentar-se que não há apenas um mas múltiplos imaginários lusófonos. Sendo o conceito extremamente vago, aquilo que os portugueses entendem por Lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que os brasileiros, os timorenses, os moçambicanos ou os angolanos, por exemplo, entendem estar contido neste termo. Lourenço sustenta que o imaginário lusófono é o ima-

ginário da *pluralidade* e da *diferença* (1999: 112). A unidade utópica apenas poderá ser equacionada se fundamentada no reconhecimento das diferenças e na compreensão da fragmentação deste espaço cultural.

## **Política da comunicação e mobilização da “Lusofonia”**

Tal como em Bourdieu (1980), o conceito de mito apresentado por Martins (2004) é um fenómeno discursivo, uma forma de representação social. Na medida em que a língua define a realidade, ele exprime as di/visões sociais que, por sua vez, reforçam a substancialização das divisões. Com o seu peso simbólico e mítico, a Lusofonia faz parte do conjunto de palavras que exprime a relação entre o eu e o outro. É usado para delimitar identidades, pertencas e fronteiras. De acordo com Martins (2004), a Lusofonia é, por isso, uma classificação operacional/prática que dá conta de uma di/visão específica do mundo. Sendo uma classificação operacional, a Lusofonia tem funções práticas e é concebida para produzir efeitos sociais. A Lusofonia desempenha um papel na luta pela ordenação simbólica do mundo, traduz uma ordenação específica que, através da sua divulgação, contribuirá para aquela disposição específica do mundo.

Apesar das várias percepções e representações de Lusofonia, a elite política portuguesa tem certamente mobilizado este conceito para produzir efeitos tanto a nível interno como externo. A contribuição para o desenvolvimento de uma comunidade lusófona (num mundo global, mas profundamente fragmentado e instável) tem sido considerada uma crucial (e óbvia) dimensão da política externa portuguesa. A relevância de uma afiliação multicontinental baseada numa língua comum é considerada “natural”, dada a proximidade (pelo menos suposta) cultural e afectiva. Para Alexandre (in Castelo, 1998: 5) os portugueses ainda acreditam que têm uma capacidade especial de se relacionar com outros povos, particularmente com aqueles de regiões tropicais: ao contrário de outras nações europeias, existe a percepção de que não teriam tido preconceitos raciais e de que a miscigenação foi socialmente aceite. Tendo em conta a apreensão destas características, os portugueses acreditavam ter uma habilidade especial para servir de ponte entre regiões muito diversificadas.

Este imaginário lusófono (que pode ser bastante diferente de outros imaginários lusófonos) não é – nas palavras de Lourenço – um problema de identidade, mas “um problema de hiperidentidade” (1994a: 10). Lourenço entende que há uma obsessão nacional que distingue (ou é entendida como distinguindo) os portugueses de outros povos, nações e culturas. Apesar de não pretendermos discutir agora as raízes de tal percepção nem a validade deste argumento, podemos afirmar que existe – no mínimo – uma percepção comum de que

Portugal tem as condições necessárias para desenvolver fortes ligações com todas as regiões lusófonas e, além disso, é especialmente capaz de servir de ponte entre os países lusófonos entre si. O papel que Portugal tem desempenhado no mundo lusófono e o papel que tenciona continuar a desempenhar neste campo correspondem, de acordo com Lourenço, ao imaginário do país que é maior do que as suas fronteiras geográficas (1994a: 10). Lourenço considera que o Messias do país é o seu próprio passado (1994a:10). Sendo um conceito baseado na memória, ele contribui claramente para a visão portuguesa daquilo que a comunidade lusófona pode e/ou deve ser no futuro.

Ainda que a constituição formal de uma comunidade política lusófona (CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) tenha ocorrido apenas em 1996, ela foi precedida por um instrumento discursivo significativo que terá contribuído, pelo menos em parte, para a instituição da CPLP: o canal internacional de serviço público de língua portuguesa – a RTP Internacional. Se retrocedermos até Bourdieu (1980) e Martins (2004), poder-se-ia afirmar que a classificação operacional/prática de Lusofonia e a sua representação diária na RTP Internacional terão desempenhado um papel na ordenação simbólica da área cultural lusófona. A expressão de uma divisão/hierarquização específica do mundo poderá ter efectivamente contribuído para a sua eficácia.

Não queremos dizer, contudo, que a RTP Internacional tenha desempenhado um papel central na constituição da CPLP. De facto, outros factores – certamente mais relevantes – estão na base da constituição desta comunidade política no dia 17 de Julho de 1996, quando os dirigentes de Estado e chefes de governo dos países de língua portuguesa assinaram, em Lisboa, a Declaração Constituinte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com efeito, tal como afirmou Wise, desde o início dos anos 60 até à revolução portuguesa de 1974, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estavam em guerra com Portugal. Vinte anos depois da revolução, as cicatrizes das guerras da independência sararam e uma nova relação pôde ser construída. Os sistemas unipartidários marxistas que governaram os países de língua portuguesa durante duas décadas deram a vez a sistemas multipartidários. O Brasil, que inclui mais de três quartos dos falantes portugueses mundiais, tencionava “usar a CPLP para fortalecer a posição da língua – e a sua própria influência – na América Latina” (in *Financial Times*, 26 de Julho 1995: 3). Evidentemente, na altura, Portugal também queria reafirmar a sua influência cultural cada vez mais ameaçada nas suas antigas colónias.

Depois de anos de esforços diplomáticos, o espaço lusófono ganhou uma comunidade formal, definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1996, Article 1). De acordo com os estatutos da CPLP, os objectivos gerais da comunidade são os seguintes: a) a concertação político-diplomática

entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; b) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e c) a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1996, Article 3).

Princípios universais indiscutíveis tais como a paz, a liberdade, os direitos humanos, a democracia, a justiça social e a equidade entre os membros foram apresentados como objectivos fundamentais da CPLP. Apesar de algum ceticismo e dificuldades iniciais, é possível identificar um empenho cada vez maior por parte dos governos dos respectivos países e sinais de que a ideia de uma comunidade da língua está gradualmente a ser apreendida pelas sociedades civis nos países da CPLP. Os *media* em geral, e não só apenas a RTP Internacional, têm sido um catalisador para a informação sobre as questões da Lusofonia muito antes da constituição formal da comunidade lusófona. Mesmo em períodos de relações político-diplomáticas mais tensas, os meios de comunicação têm mantido uma conexão mínima entre estes países. Informação, filmes, séries, programas desportivos e telenovelas têm circulado genericamente sem grandes resistências.

Estando fortemente comprometidas com a ideia de uma comunidade lusófona, as autoridades portuguesas parecem acreditar que um canal de televisão internacional pode contribuir significativamente para o desenvolvimento desta comunidade e, simultaneamente, para a visibilidade de Portugal e da língua portuguesa no mundo. Neste artigo, procuramos enquadrar a criação e o desenvolvimento da RTP Internacional (e a sua posterior subdivisão em RTP Internacional e RTP África) num esforço mais amplo, desenvolvido, pelas autoridades portuguesas, no sentido de procurar impor uma visão particular do mundo, na qual as dimensões imateriais e voláteis como os sentimentos, os sonhos, a língua e a cultura desempenham um papel importante. Uma língua e cultura comuns poderão também contribuir para o desenvolvimento de relações económicas, mas, independentemente da constituição formal da CPLP, os países lusófonos têm já os seus parceiros económicos privilegiados e, em alguns dos casos, eles foram mesmo integrados formalmente em comunidades políticas/económicas mais vastas (ex. Portugal na União europeia, o Brasil no Mercosur e Moçambique na *Commonwealth*). Para além disto, devido ao subdesenvolvimento económico de alguns países lusófonos como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, os investimentos exteriores e as oportunidades de negócio são extremamente limitadas.

## Justificações para novos instrumentos de comunicação

Tal como observámos anteriormente, a área cultural lusófona pode ser entendida como um conceito cimentado pelas características positivas da colonização portuguesa que teve início quase há 600 anos. Mas, ao contrário do que aconteceu com outras potências coloniais europeias, a descolonização portuguesa apenas ocorreu em meados dos anos 70. O tardio processo de descolonização que se seguiu às guerras pela independência em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau fez com que as relações políticas entre os países africanos lusófonos e as novas autoridades democráticas portuguesas fossem difíceis e tensas. Neste contexto, entre outros instrumentos político-diplomáticos, os meios de comunicação eram vistos como tendo a capacidade para contribuir para um melhoramento das relações entre estes países. Uma rápida observação dos programas dos governos, desde meados dos anos 80, dá-nos algumas indicações sobre a relação entre a afirmação da Lusofonia e as opções políticas na área dos *media*.

Em 1987, um ano após a entrada de Portugal na União Europeia, o primeiro governo de maioria desde a revolução de 74, liderado por Cavaco Silva, entendeu que o Brasil e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) mereciam uma atenção particular. Apesar do conceito de Lusofonia nunca ter sido usado no programa deste governo, os *media* já são percebidos como potencialmente úteis para a afirmação de Portugal no mundo, ainda que sem qualquer clarificação relativa ao modo como tal poderia ocorrer. Na secção sobre a comunicação social do programa do governo, afirmava-se discretamente que se deveria dar atenção ao “necessário reforço da ligação entre os vários espaços de afirmação da imagem e da presença de Portugal no mundo, assegurando-se, nesse sentido, os serviços e os meios de interesse público fundamentais para tal tarefa e que ao Estado cabe especialmente salvaguardar” (Assembleia da República, 1987, Parte IV, ponto 4).

Contudo, apenas quatro anos depois é que pareciam reunidas as condições para uma defesa vigorosa da relevância estratégica de um canal de televisão português internacional. Confiantes e confortáveis com a sua segunda maioria absoluta, os sociais-democratas – ainda liderados por Cavaco Silva – defenderam no seu programa governamental que a produção e transmissão de programas nacionais para os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e para os PALOP era uma aposta essencial “por forma a estreitar laços de cooperação, acentuar a nossa matriz universalista e valorizar, defender e projectar no Mundo a nossa língua e a nossa cultura” (Assembleia da República, 1992, Parte III, ponto 7).

Na mesma linha do anterior governo social-democrata, mas agora com mais detalhe, o governo socialista de António Guterres (1995-1999) reafirmou a relevância da comunicação social portuguesa no contexto lusófono. Esta rele-



vância foi apresentada nos seguintes termos: “A prossecução de uma política da língua, visando uma melhor implementação do Português no espaço da lusofonia, será igualmente inscrita entre as prioridades sectoriais, em estreita articulação com o incremento da cooperação com os PALOP. Esta última visará, em especial, a melhoria das infra-estruturas mediáticas e da formação profissional, assim como a criação de um espaço alargado de distribuição de programas em língua portuguesa, susceptível de reforçar os laços afectivos e económicos com África e o Brasil”. (Assembleia da República, 1995, Parte I, ponto 8.3, d).

De modo a implementar este objectivo, o governo avançou com medidas políticas. O governo declarou que iria incrementar a coordenação dos serviços internacionais da RDP<sup>6</sup>, RTP<sup>7</sup> e Lusa<sup>8</sup>, tendo em vista o aproveitamento das economias de escala e sinergias existentes. Pretendia ainda a “alteração de alguns dos objectivos e características da RTP Internacional, garantindo uma informação isenta e pluralista, uma maior participação directa das comunidades portuguesas e uma maior atenção à divulgação da língua e da cultura portuguesa e às relações com os PALOP” (Assembleia da República, 1995, Parte I, ponto 8.3, d). Estas mesmas preocupações com relação aos meios de comunicação e à sua relação com os países lusófonos foi expressa no programa governamental seguinte (segundo mandato de António Guterres) em termos similares (vide Assembleia da República, 1999, Parte I). Tal como o seu anterior governo, António Guterres queria levar mais além a internacionalização dos valores e das obras artísticas portuguesas, tal como os próprios artistas nacionais. Para além de uma série de acções culturais que poderiam “projectar Portugal no Mundo”, foi ainda enunciada a criação de um programa regular de itinerâncias lusófonas (Assembleia da República, 1999, Parte I).

Os dois curtos governos (liderados por Durão Barroso e Santana Lopes, de 2002 a 2004 e de 2004 a 2005, respectivamente) que se seguiram ao segundo governo de António Guterres mantiveram a mesma linha de pensamento nesta matéria. O espaço lusófono, nomeadamente o Brasil, PALOP e Timor-Leste, tal como a construção europeia, faziam parte dos eixos estratégicos da política externa portuguesa. A afirmação da língua e cultura portuguesas era mesmo vista um dos pontos fundamentais da agenda política (vide, por exemplo, Assembleia da República, 2002, Parte I, 2). Nesta altura, o objectivo não era meramente o de reforçar a relação com estes países, mas o de “reforçar a relação *privilegiada* com o espaço lusófono” (Assembleia da República, 2002, Parte I, 2; sublinhado da autora).

Mas, para além, dos objectivos genéricos ligados à Lusofonia, o XV Governo Constitucional de Durão Barroso defendia ainda que a valorização e o apro-

<sup>6</sup> A Radiodifusão Portuguesa (RDP) é a empresa radiofónica de serviço público.

<sup>7</sup> A RTP é a empresa televisiva de serviço público, então denominada Radiotelevisão Portuguesa.

<sup>8</sup> Lusa é a agência noticiosa nacional.

fundamento dos estreitos laços que unem Portugal ao mundo lusófono passará necessariamente pela dinamização da CPLP, através da adopção de uma política de “empenhamento criativo” (Assembleia da República, 2002, Parte I, 2). Esta nova dinâmica (que daqui em diante passaria a incluir o mais recente país independente do mundo, Timor-Leste) implicaria a aprovação do “Estatuto de Cidadão Lusófono” e iria beneficiar do “aumento da coordenação dos ‘oito’ nos *fora* internacionais” (Assembleia da República, 2002, Parte I, 2). Na esfera da comunicação social, o governo de Durão Barroso pretendia a transformação da RTP Internacional e da RTP África, que, agindo em conjugação, deveriam ser “verdadeiros instrumentos de uma política de defesa da identidade nacional, no primeiro caso, e de cooperação, no segundo” (Assembleia da República, 2002, Parte III, 5). Para que tal aconteça, seria necessário “rever toda a estrutura de produção de conteúdos que devem deixar de ser um exclusivo da RTP” (Assembleia da República, 2002, Parte III, 5).

O actual governo socialista, liderado por José Sócrates, eleito em 2005, não se desviou das enunciações anteriores nesta esfera. Uma vez mais, a Lusofonia e os canais internacionais de televisão são entendidos como uma prioridade nacional (vide Assembleia da República, 2005). Os documentos que acabámos de referir revelam uma profunda convergência política em torno da relevância estratégica de um “mundo lusófono”. Desde meados dos anos 80 que todos os governos, independentemente da sua composição parlamentar, foram gradualmente reconhecendo a importância da Lusofonia. A comunicação social, em geral, e os canais internacionais da RTP, em particular, foram entendidos como instrumentos cruciais para promover a Lusofonia entre os “cidadãos lusófonos” e como uma área cultural e linguística merecedora de reconhecimento e de visibilidade mundial.

Esta busca de afirmação de Portugal no mundo parece estar relacionada com aquilo a que Lourenço entendeu ser um país que, refugiando-se no “*puro passado*”, continua a imaginar-se maior do que suas fronteiras (1994a: 9-15). Qualquer que seja o imaginário e/ou a base inconsciente para este consenso, parece claro que a Lusofonia (enquanto conceito) e os canais internacionais da RTP (enquanto instrumentos operativos) são dimensões estruturantes da política externa portuguesa. A Lusofonia funciona como conceito mobilizador e organizador de pertenças, enquanto a RTP Internacional e a RTP África procuram contribuir para a reconstrução permanente da(s) ideia(s) de Lusofonia nestas regiões profundamente dispersas. As autoridades portuguesas têm a expectativa de que, através dos canais internacionais da RTP, esta contribuição tenha consequências em termos da progressiva implementação e do reconhecimento internacional da comunidade lusófona.

## **A implementação e desenvolvimento dos canais internacionais da RTP**

Partindo do pressuposto de que os portugueses têm uma capacidade especial para estabelecer pontes com outros mundos (vide Castelo, 1998), a implementação dos canais internacionais de televisão foi entendida como perfeitamente consentânea com o papel que Portugal poderia e deveria desempenhar no palco global. Ainda que os importantes desenvolvimentos ao nível das tecnologias de satélite e de cabo tivessem tornado tecnologicamente possível o aparecimento deste(s) canal(ais) desde os anos 1980, foi só no início dos anos 90, mais precisamente em 1992, que estavam efectivamente reunidas as condições políticas para o efeito. Por razões simbólicas, a primeira transmissão da RTP Internacional foi para o ar a 10 de Junho, um feriado que assinala o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

Nos primeiros meses, a RTP Internacional transmitia seis horas por dia e o sinal era distribuído na Europa, em África, no Médio Oriente e em algumas partes da Ásia através das frequências Eutelsat 2F3 e Stationar 12. Para além da recepção com antenas de satélite, a RTP Internacional – também transmitida por cabo em algumas partes da Europa onde se concentram comunidades de imigrantes portugueses (Suíça, França, Bélgica e Luxemburgo) (in <http://rtpi.pt/hist/index.htm>, 7.9.99 in Sousa, 2000). Em finais de 1992, a RTP Internacional chegava, através do Galaxy 3, à América do Norte e Central, numa altura em que surgiam os primeiros sistemas de retransmissão em Moçambique, Angola e Cabo Verde (<http://rtpi.pt/hist/hist2.htm>, 7.9.99 in Sousa, 2000).

Nos anos seguintes, a RTP Internacional procurou consolidar-se. A retransmissão por redes terrestres em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau expressou-se no terreno através da colaboração entre as diferentes televisões nacionais ao nível da produção de programas. O número de horas de transmissão aumentou para 10 horas no dia 1 de Janeiro de 1995, tendo voltado a aumentar para 24 horas por dia, no dia 10 de Junho do mesmo ano. Em 1996, através de uma rede de cinco satélites (Eutelsat 2F2, Express 2, Telstar 302, Stationar 12 e Asiasat 2), a RTP Internacional assegurava já uma cobertura mundial (<http://rtpi.rtp.pt/hist/hist2.htm>, 7.9.99; *Diário de Notícias*, 29.8.94; *Público*, 11.11.94: 21, *Público*, 20.3.95:31, *Público*, 28.1.96:43).

De acordo com um ex-director do canal, Afonso Rato, a estratégia inicial da RTP Internacional era abrir o canal à mais vasta audiência possível (<http://rtpi.rtp.pt/gerh.htm>, 7.9.99 in Sousa, 2000). Mais do que um investimento considerável em programação específica para um canal internacional, a RTP Internacional incluía uma combinação de programas de outros canais da RTP. A sua tónica era claramente chegar aos cinco continentes e aos míticos 200

milhões de pessoas de língua portuguesa espalhadas por todo o mundo. Em 2005, a RTP Internacional usa uma rede de satélites global e diversos sistemas retransmissores digitais de cabo e satélite<sup>4</sup>.

A RTP Internacional tem uma programação generalista que é uma combinação da produção própria do canal, de conteúdos de outros canais da RTP, e – de acordo com o protocolo assinado em 2003 com os canais privados de televisão portugueses – de programas dos canais de televisão privados (vide *Público*, 13.1.2004, acesso em 4.7.2005) a programação da RTP Internacional inclui boletins noticiosos, documentários, ficção (filmes, séries, telenovelas), programas infantis e desporto (especialmente futebol português).

Este canal internacional de língua portuguesa foi, de facto, entendido como uma medida política fundamental. O responsável pela tutela da comunicação social durante os dois governos sociais-democratas (1987-1995), Marques Mendes, declarou ao jornal diário *Público* que a RTP Internacional era o projecto com que ele estava mais activamente envolvido (20.3.1995: 31). Já no ano anterior, Marques Mendes havia afirmado ao jornal *África Hoje* que, durante o seu governo, a sua acção política mais importante tinha sido a implementação da RTP Internacional porque “permite a ligação com todos

#### <sup>4</sup> A Rede Global de Satélite da RTP Internacional;

##### África

###### Rede-Base

Satélite INTELSAT 605 - (Digital\*) - Posição Orbital 332.5° Este, Frequência 3856,5 MHz, Polarização Circular - (dir.), Transmission Rate 8349 Mbps, FEC 2/3, Symbol Rate 6261.65 - Ksymbol/s, Transponder 22/22, MPEG 2

###### Pacotes Digitais

PANAMSAT 4 (Digital) Distribuidor: DSTV Multichoice, África do Sul - Banda C

PANAMSAT 7 (Digital) Distribuidor: DSTV Multichoice, África do Sul - Banda Ku SATÉLITE

EUTELSAT W4 (Digital) Distribuidor: DSTV Multichoice, África do Sul - Banda Ku

##### América

###### Rede Base

Satélite PANAMSAT 9 - (Digital) - 58° Oeste - 4000 MHz Pol. Horizontal - FEC 7/8 - Transponder 16C, - Symb. Rate 27.69 - DVB/MPEG 2

###### Pacotes Digitais

Satélite ECHOSTAR 3 (Digital) - Distribuidor: Dish Network

Satélite G 8I (Digital) - Distribuidor: Galaxy Latin America Network

Satélite INTELSAT 709 (Digital) - Distribuidor: TECSAT

Satélite G 8I (Digital) - Distribuidor: DirecTV Network

PANAMSAT 6B (Digital) - Distribuidor: SKY NET Brasil

PANAMSAT 6B (Digital) - Distribuidor: Sky Latin America

##### Ásia/Austrália

###### Rede Base

Satélite ASIASAT 2 - (Digital) - 100.5 Este - 4000 MHz Pol. Horizontal - Symbol Rate 28.125 Msymbols - FEC 3/4 Transponder 10 B - DVB/MPEG 2

###### Europa Rede-base

Satélite HOTBIRD 2 (analógico) - Pos. Orbital 13° Este Frequência 11.727 GHz - Polarização Vertical - Transponder 50

###### Pacotes digitais

Satélite ASTRA 1 E (Digital) - 19.2 Este, 11 567.5 MHz, Vertical - Symbol Rate 22.000 symbols/s/QPSK;

FEC 5/6; Standard DVB - Distribuidor: CanalSatellite Numerique

(França) - CanalSatellite Digital (Espanha)

Fonte: [http://www.rtp.pt/web/empresa/rtp\\_i.shtm#](http://www.rtp.pt/web/empresa/rtp_i.shtm#) (último acesso: 18 de Julho de 2005)

os países de África de expressão portuguesa e comunidades espalhadas pelo mundo” (*África Hoje*, Setembro 94: 10). Nas palavras de Marques Mendes, este projecto (aliado a outras medidas de protecção dos valores culturais e linguísticos) era especialmente importante para Portugal, porque “estamos a dar acentuação ao universalismo da alma lusitana; sempre fomos, aliás, um país universalista que abriu novos mundos, com um diálogo intercultural muito grande” (*África Hoje*, Setembro 94: 12). E, considerando o talento universalista de Portugal, este não poderia deixar de estar apto a funcionar como ponte entre os vários mundos: “Hoje estamos confinados às nossas fronteiras, mas temos uma grande vontade de dialogar e de cooperar. Portugal pode ser ‘embaixador’ dos próprios interesses e desígnios desses países junto da União Europeia”, explica Marques Mendes, na mesma entrevista ao *África Hoje* (Setembro 94: 12).

A relevância extrema atribuída a este projecto também se revela, em todo o seu esplendor, quando Marques Mendes afirmou que a RTP Internacional era a medida política mais importante da sua década no governo (com a tutela da comunicação social) porque “a RTP Internacional possibilita a ligação com todos os PALOP e com as comunidades portuguesas distribuídas pelo mundo” (*África Hoje*, Setembro, 1994:10). O sentido destas palavras poderá ainda ser mais adequadamente compreendido se tomarmos em atenção que os governos de maioria social-democratas desenvolveram profundas reformas a nível da comunicação social, nomeadamente a privatização dos jornais do Estado, a abertura do sector da rádio com a atribuição de cerca de 300 licenças de rádio e o término do monopólio do operador de televisão de serviço público (RTP) com a atribuição de duas licenças para televisões nacionais a operadores privados. Ainda assim, na esfera mediática, a criação da RTP Internacional foi apontada como a mais importante medida política da década.

A implementação da RTP África é um desenvolvimento mais recente. No contexto da constituição formal da CPLP em 1996, teve lugar um fórum de comunicação (10-12 de Julho de 1996), em Lisboa, com o apoio da RTP, da RDP e da Lusa. As direcções das principais empresas de comunicação social lusófonas<sup>9</sup> participaram no fórum do qual resultou uma declaração final enfatizando o papel insubstituível que a comunicação social deveria assumir de modo a incrementar a nova comunidade lusófona nos seus respectivos países, nas suas diásporas e no mundo (Fórum da Comunicação, 1996). Mas, efectivamente,

<sup>9</sup> *Televisão Popular de Angola (TPA), Rádio Nacional de Angola (RNA), Agência Noticiosa de Angola (ANGOP), Radiobrás (Brasil), Rádio e TV Cultura (Brasil), TV Abril (Brasil), TV Educativa (Brasil), Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV), Rádio Nacional de Cabo Verde (RNCV), Agência Nacional de Cabo Verde (CaboPress), Rádio-Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), Agência Noticiosa da Guiné-Bissau (ANG), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM), Agência de Informação de Moçambique (AIM), Televisão de S. Tomé e Príncipe (TVS), Rádio Nacional de S. Tomé e Príncipe (RNSTP), Agência Noticiosa de S. Tomé e Príncipe (STP-Press), Radiotelevisão Portuguesa (RTP), Radiodifusão Portuguesa (RDP), Agência LUSA de Informação.*

entre numerosas iniciativas dos meios de comunicação social (v. Sousa, 2000), uma merece particular destaque: o lançamento da RTP África. Na sessão de abertura do Fórum da Comunicação (10 de Julho de 1996), o ministro adjunto, Jorge Coelho, anunciou a criação da RTP África, um desdobramento da RTP Internacional. Jorge Coelho afirmou que a cooperação entre os países lusófonos só se pode tornar efectiva e eficaz, se as empresas de comunicação social de língua portuguesa estreitarem as relações entre si: “Esta imensa comunidade assente numa língua comum não passará de mera retórica se não se traduzir numa política que envolva a participação dos povos. Nesse sentido, a comunicação social assume um papel decisivo” (*Público*, 11 de Julho de 1996:41 e *Público*, 17 de Julho de 1996:20). Para o ministro adjunto, era na constituição dessa “grande comunidade luso-falante” que a RTP África se inseria, complementando o serviço desenvolvido pela RTP Internacional, “o mais importante órgão de comunicação social de que Portugal dispõe” (*Público*, 11 de Julho de 1996: 41 e *Público*, 17 de Julho de 1996: 20).

Apesar do anúncio da RTP África em 1996, foi apenas a 7 de Janeiro de 1998 que a RTP África se estabeleceu como um canal de televisão internacional independente. Ao contrário da RTP Internacional, o seu público-alvo é constituído pelos 25 milhões de habitantes dos PALOP. Este canal distingue-se também da RTP Internacional porque as emissões são codificadas de Lisboa, sendo descodificadas nas capitais africanas para serem posteriormente retransmitidas para os respectivos países via terrestre. Do ponto de vista editorial e de programação, há também diferenças óbvias. Enquanto a RTP Internacional tem por base a programação da RTP1 e RTP2, a RTP África procura ter programação autónoma, contando com produtos produzidos pelas cinco estações públicas de televisão dos países africanos. Ainda que a responsabilidade editorial seja da RTP, a RTP África tem um estúdio em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Estas delegações são interlocutores operacionais dos parceiros africanos da empresa, na troca de notícias e de programas e no lançamento das linhas de programas originais, em co-produção (<http://rtpafrica.rtp.pt/lyatr.htm>, 7.9.99). Ainda que o essencial deste projecto seja decidido na sede da RTP, em Lisboa, a formulação da RTP África faz com seja mais fácil aos políticos portugueses reagir contra acusações neocolonialistas. Como argumenta Jorge Coelho, não se trata de um canal de Portugal para África: “É um canal interactivo de Portugal para África e de África para Portugal. Esta televisão tem emissões de todos os países porque há um estúdio da RTP África em todos os países. É um canal feito em seis países diferentes todos os dias” (in *Público*, 7 de Janeiro de 1998:3).

## Nota conclusiva

Tendo em consideração o que acabámos de apresentar, parece óbvia a extrema relevância política atribuída aos canais internacionais da RTP por políticos de diferentes cores partidárias. Desde meados dos anos 80 até à actualidade, todos os governos têm considerado que os canais de televisão iriam, de algum modo, contribuir para o desenvolvimento da ideia de uma comunidade lusófona e, eventualmente, para a constituição de uma entidade política formal, o que, de facto, viria a acontecer em 1996. A importância atribuída aos canais internacionais fez com que os sociais-democratas tenham considerado que a RTP Internacional foi, entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, a sua medida política mais importante ao nível da comunicação social. Na segunda metade dos anos 90, um destacado dirigente socialistas classificou a RTP Internacional como o mais importante meio de comunicação português.

O consenso político acerca do lançamento da RTP Internacional e da RTP África merece, do nosso ponto de vista, grande atenção. Este artigo não oferece dados conclusivos relativamente às razões fundamentais para esta convergência. Todavia, acreditamos que algumas hipóteses de trabalho podem ser extraídas daquilo que foi dito até agora.

Se retrocedermos até Lourenço (1993), poderíamos afirmar que a ideia de Lusofonia e estes meios de comunicação “lusófonos” preenchem um espaço imaginário de nostalgia imperial. A elite política portuguesa – em consonância com o resto da população – sentir-se-á menos isolada no mundo, dado que o ciclo imperial está definitivamente fechado e que o peso político de Portugal na União Europeia continua a ser insignificante, apesar da recente eleição do ex-primeiro ministro português, Durão Barroso, para a presidência da Comissão Europeia.

Lourenço (1994a) defendia, ainda, que Portugal teria um “problema de hiperidentidade”, uma obsessão nacional que faz com que os portugueses pensem que são diferentes, na medida em têm uma compreensão superlativa da *diferença*. Segundo Lourenço, esta percepção nacional incute aos portugueses a crença de que são especialmente capazes de se relacionarem com outras culturas e povos. Seguindo esta linha de pensamento, poder-se-ia afirmar que a construção lusófona – na qual estão envolvidos os canais internacionais da RTP – corresponde fundamentalmente ao imaginário do país que é maior do que as suas fronteiras geográficas e que pode e deve desempenhar um papel importante no mundo de hoje, tal como aconteceu já, no passado, com os Descobrimentos.

Contudo, como assinala Martins (2004), a sagaz perspectiva de Lourenço de uma reconstrução pós-colonial não explica todo o sonho lusófono. O imaginário, o mito preenche a história com a realidade concreta, com a memória, com sentido. Se tomarmos a Lusofonia meramente como um conceito lusocêntrico, é difícil perceber as diferentes percepções culturais da Lusofonia e é

ainda mais difícil explicar a progressiva construção do espaço cultural lusófono, no âmbito do qual foi constituída uma entidade política formal, e a crescente circulação de informação e de ficção, em língua portuguesa, nos *media* nacionais e transnacionais dos oito países de língua oficial portuguesa.

Martins considera que o espaço lusófono profundamente diversificado tem uma fundação mitológica que, apesar da pluralidade das representações lusófonas, fundamenta visões do futuro que incorpora, entre outras dimensões, a constituição de uma entidade política supranacional como a CPLP. Aquilo que é especialmente interessante no ponto de vista de Martins em relação à Lusofonia é a sua dimensão “mítica”, isto é, “discursiva”. Entendida como um fenómeno discursivo, transmite identidades, pertenças e fronteiras. Assim, a Lusofonia é essencialmente uma classificação operacional, prática, concebida e expressa para produzir efeitos sociais.

Neste sentido, a Lusofonia exprime fundamentalmente a divisão linguística e cultural do mundo. A fragmentação geográfica e as enormes diferenças económicas entre estes oito países torna o espaço lusófono pouco relevante em termos económicos. Assim, as dinâmicas linguísticas e culturais são mobilizadas para impor uma di/visão mundial competitiva e para produzir efeitos tanto a nível nacional como internacional.

A Lusofonia, enquanto conceito, e a CPLP, como entidade política, podem ser entendidas como correspondendo a uma luta simbólica específica pela organização do mundo, e os canais internacionais da RTP podem ser interpretados como ferramentas transnacionais portuguesas que reforçam e dão continuamente nova forma ao conceito de Lusofonia, tal como é entendido pelas elites políticas portuguesas. Através da representação diária (através da informação e da ficção) dos países de língua portuguesa, a RTP Internacional e a RTP África contribuem para a sedimentação da ideia de um espaço lusófono e para a permanente reconstrução de uma comunidade significativa que pretende, por sua vez, tornar-se gradualmente visível para o mundo.

Neste artigo, procurámos, essencialmente, questionar a Lusofonia enquanto área cultural e o entendimento que se faz do papel dos canais de televisão internacionais na construção simbólica num mundo cada vez mais global (e instável). Como a língua portuguesa é o elemento comum essencial a ligar estes países altamente dispersos e tem permitido a distribuição e o consumo dos produtos audiovisuais portugueses (informativos e de ficção), consideramos que as políticas linguísticas e culturais (que têm sido aplicadas aos meios de comunicação social e a outros produtos culturais como livros ou música) também devem ser considerados. Um conhecimento mais profundo da construção lusófona na sua unidade e diversidade contribuirá para a complexificação das teorias existentes e poderá, em seu devido tempo, contribuir para informar tanto as macroperspectivas (ex: globalização, dependência e interdependência) como os fenómenos e as tendências nacionais, regionais e locais.



## Bibliografia

- Alexandre, Valentim (1998) ‘Prefácio’, Castelo, Cláudia (1998) *O Modo Português de Estar no Mundo*, Porto: Afrontamento.
- Assembleia da República (1987) *Programa do XI Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (1992) *Programa do XII Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (1995) *Programa do XIII Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (1999) *Programa do XIV Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (2002) *Programa do XV Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (2004) *Programa do XVI Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Assembleia da República (2005) *Programa do XVII Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.  
[http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos\\_Constitucionais](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais)
- Baptista, Maria Manuel (2000) ‘O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para além do Multiculturalismo ‘pós-humanista’, Comunicação apresentada no III Seminário Internacional “Lusografias”, promovido pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora, 8-11 de Novembro de 2000.
- Bourdieu, Pierre (1980) ‘L’identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région’, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35.
- Castelo, Cláudia (1998) *O Modo Português de Estar no Mundo*, Porto: Afrontamento.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996a) *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996b) *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996c) *Comunicado Final da Sessão de Trabalho da Conferência de Chefes de Estado e de Governo Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrado entre o Estado Português e a Radiotelevisão Portuguesa, SA, em 17 de Março de 1993.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrado entre o Estado Português e a Radiotelevisão Portuguesa, SA, em 31 de Dezembro de 1996.

- Fórum da Comunicação (1996) *Declaração Final*, Lisboa, 10-12 de Julho de 1996.
- Léonard, Yves (1999) 'As Ligações a África e ao Brasil', Bethencourt, Francisco e Kirty Chaudhuri *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Navarra: Círculo de Leitores.
- Lourenço, Eduardo (1983) 'Crise de identidade ou ressaca 'imperial'', *Prelo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lourenço, Eduardo (1994a) *Nós a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (quarta edição).
- Lourenço, Eduardo (1994b) *A Europa Desencanda*, Lisboa, Visão.
- Lourenço, Eduardo (1995) 'Uma Década Paradoxal', *Finisterra*, 18/19, p.7-11.
- Lourenço, Eduardo (1999) *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Martins, Moisés de Lemos (1996) *Para uma Inversa Navegação*, Porto: Afrontamento.
- Martins, Moisés de Lemos (2004) "Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários". Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado em São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica, entre 28 de Abril e 1 de Maio de 2004.
- Reis, Carlos 'A Questão da Lusofonia', *Jornal de Letras*, 30 de Julho de 1997.
- Sousa, Helena (1992) *The Impact of the BBC in Lusophone Africa*, Tese de Mestrado, City University, Londres.
- Sousa, Helena (2000) 'Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTPInternacional e a Lusofonia', *Comunicação e Sociedade*, nº2, Braga, NECS.
- Wise, Peter 'Portugal tries to preserve waning influence', *Financial Times*, 26 de Julho de 1995.